

---

## NAÇÃO, RAÇA E IDENTIDADE NO BRASIL

### **Carmen Jesus da Silva**

Licenciada em História pela Universidade Federal do Oeste da Bahia- UFOB, mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais – UFOB, na linha de pesquisa Linguagem, Cultura e Poder. Bolsista CAPES.

### **Resumo**

Este artigo explora a complexa questão racial no processo de fundação da nação brasileira, abordando como as políticas de Estado e os discursos ideológicos moldaram a identidade nacional perpassando a colonização aos dias atuais. O principal objetivo do estudo é investigar como a colonialidade e a hierarquização racial influenciaram a formação da identidade brasileira, analisando os termos de "nação", "raça" e "identidade" e suas interconexões. Utilizando uma metodologia de revisão bibliográfica, o trabalho busca examinar brevemente as práticas históricas de etnocídio e genocídio relacionados ao conceito de nação. A pesquisa procura evidenciar como esses processos influenciaram a subjetividade das populações indígenas e negras, das quais as identidades foram sistematicamente reprimidas ao longo da história brasileira.

**Palavras-chave:** raça. nação. identidade brasileira. mestiçagem. pardismo.

## 1. Introdução

A questão racial no Brasil é tema de debate assíduo desde a abolição da escravatura em 1988. Apesar de ser um termo frequentemente estudado, ainda não se esgotou, visto que no Brasil pessoas indígenas e negras tem suas identidades reprimidas constantemente. Assim que o colonizador invadiu o território, já tratou de nomear quem já o ocupava e marcou a subjetividade dessas pessoas, com um processo de etnocídio e genocídio, que anos depois afetou também pessoas africanas escravizadas no Brasil e afro-brasileiros no decorrer da história.

Diversas foram as formas de apagamento sofridas pelas pessoas racializadas no Brasil, sendo a principal delas políticas de Estado, estruturadas no período colonial até a contemporaneidade, apenas com nomes diferentes, mas significados semelhantes. Para que se possa entender a formação do Brasil enquanto uma nação, é necessário analisar os discursos e símbolos que marcam a história do país, pois eles moldam as estruturas sociais. Segundo Fairclough (1992), o discurso se materializa em práticas, não apenas em uma representação do mundo, mas também uma significação do mundo, construindo um significado, dessa forma, é importante entendermos os significados envoltos na ideologia presente na construção do país, para que possamos verificar as práticas de etnocídio alicerçadas pelo ideário de nação.

Nação se interliga com o conceito de identidade, pois para se construir ideologicamente uma nação, a identidade das pessoas é um elemento chave se relacionando principalmente com a cultura, línguas e símbolos, que são produzidos por uma unidade de semelhantes e outros que são diferentes, tendo o princípio de participação e exclusão daquela sociedade. No Brasil, conseguimos perceber que houve um discurso de união entre três identidades diferentes – o branco, índio e negro – que celebram nossa diversidade e riqueza, quando na prática as pessoas diferentes são tidas enquanto um problema a ser resolvido.

Nesse sentido, no presente trabalho são analisados os termos de nação, raça e identidade, a fim de investigar brevemente como foi o processo de fundação da nação brasileira pelo viés ideológico, buscando entender como a colonialidade interfere no processo identitário no Brasil, devido a hierarquização racial no país, pautado

especialmente na cor da pele, por meio de uma revisão bibliográfica os termos são evidenciados individualmente e interligados, buscando identificar as relações ideológicas entre eles.

## 2. Desenvolvimento

### 2.1 Brasil e o mito fundador

A formação do Brasil enquanto uma nação perpassa pelo imaginário de fundação do país; que se refere a um passado fora da história, onde se apresenta um repertório de representações simbólicas e conceituais produzidas para a consolidação da fundação da nacionalidade. No livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2000), Marilena Chauí analisa o conceito histórico de nação, estando ele atrelado inicialmente (1830) a um contexto biológico hierarquizando poder em uma sociedade, havia o povo de deus e a nação de pagãos – índios, negros e judeus -, que segundo os colonizadores não possuíam um estatuto político e uma religião. Entre os anos de 1880 e 1918, o termo passa a ser atrelado a ideia de nacional, relacionado com território. Já entre 1918 e 1960, podemos verificar o conceito relacionado com a questão nacional – língua, religião e raça – tendo o nacionalismo como base para uma tradição que começa a ser inventada.

Verifica-se ainda no Brasil colônia, com as leis promulgadas<sup>1</sup>, um projeto de povoamento e miscigenação da população, com o incentivo a união entre europeus e indígenas, impostas pelo governo. Tendo sido a nação brasileira construída com a violência sexual de mulheres indígenas e africanas. Mas o ideário de nação brasileira é relativamente recente, estando vinculado ao sentido de território e Estado apenas na Idade Moderna, com a ‘era das revoluções’.

O Estado precisava de algo mais do que a passividade de seus cidadãos: precisava mobilizá-los e influenciá-los a seu favor. Precisava de uma “religião cívica”, o patriotismo. Dessa maneira, a definição da nação pelo território, pela conquista e pela demografia já não bastava, mesmo porque, além das lutas sociais internas, regiões que não haviam preenchido os critérios do “princípio de nacionalidade” lutavam para ser reconhecidas como Estado-nações independentes. Durante o período de 1880-1918, a “religião cívica” transforma o patriotismo em nacionalismo, isto é, o patriotismo se torna estatal, reforçado com sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada. (Chauí, 2000, p.12).

---

<sup>1</sup> O Alvará de 14 de abril de 1755 e o Diretório dos Índios publicado em 1758 incentiva os casamentos mistos e normatiza as relações entre os indígenas e os colonos.

Nesse sentido, Marilena Chauí explora como ideologicamente o ideário de nação brasileira perpassa o conceito de raça, visto que a identidade não pode ser construída sem a diferença. A mistura de três raças - índios, negros e brancos - desconsiderando o preconceito racial, sempre pela perspectiva do branco, é essa diferença. Para a construção ideológica da nação brasileira elementos como hinos, símbolos, heróis, programas de rádio, folclore, monumentos, e em especial a literatura, foram essenciais para a edificação da identidade brasileira, visto que “a identidade nacional é um discurso e, por isso, ela como qualquer outro discurso, é construído ideologicamente.” (Bakhtin, 1970, p. 34-36).

As primeiras décadas do século XX, o Brasil passou por profundas mudanças, a industrialização relativamente tardia – se comparada ao desenvolvimento na Europa -, e a onda de imigração que adentou no país para substituir a mão de obra que antes era escrava, com a abolição da escravatura no fim do século XIX, incentivada pelo governo brasileiro, que selecionava quem entraria no país com uma severa política imigratória<sup>2</sup>, e o desenvolvimento da ciências no Brasil, em especial a área da genética dentro da biologia e medicina.

Além disso, houve o processo de urbanização e crescimento demográfico, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo, pois passou a ser um grande problema, tantas pessoas juntas e pouco saneamento básico, havendo o surto de diversas epidemias como a varíola e febre amarela, isso afetava a economia e a imagem do país no exterior. O Brasil na Europa, era tudo que se considerava disgênico, clima tropical, uma grande massa de pessoas negras e analfabetas, os pobres passaram a serem vistos como uma classe perigosa, propensos a vícios, taras e doenças. Os médicos eram a salvação da nação, para resolver os problemas sociais do Brasil.

[...] mesmo que os brasileiros ainda fossem, em grande parte, consumidores de ciência, e não produtores, ainda assim a história da eugenia no Brasil deve ser vista como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como ‘sinal’ de modernidade cultural. O extraordinário sucesso das campanhas de saneamento contra a varíola,

---

<sup>2</sup> Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890: Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indígenas da Ásia, ou da Africa que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de acordo com as condições que forem estipuladas.

a peste bubônica e a febre amarela lideradas por Oswaldo Cruz entre 1902 e 1917 havia dado grande status às ‘ciências sanitárias’ e estimulara o crescimento de uma classe médica e profissional de orientação científica cada vez mais visível e integrada nas organizações federais e estaduais encarregadas da elaboração de políticas. (Stepan, 2004, p.337).

A construção do ideário de nação no Brasil, perpassa esse contexto em que as pessoas negras são um problema nacional, e conseguimos visualizar isso com as leis promulgadas no período, na literatura e ainda atualmente na cultura nacional elaborada neste contexto. Dadas as circunstâncias, a eugenia foi tema de debate presente em todas as instâncias entre os intelectuais, influenciados pelas correntes darwinistas e mendelianas que vinham da Inglaterra e já havia encontrado palco em alguns países da América, como os Estados Unidos da América. Nesse sentido, a história de consolidação da nação brasileira perpassa pelo mito, envolto na racialização de pessoas não brancas, como discutiremos no próximo subtópico.

## **2.2 Consolidando a ideologia racial no Brasil**

O termo raça começou a ser pensado voltado para os humanos no século XVI<sup>3</sup>, sendo que a cada momento histórico o termo passou a ter definições de acordo com o período, mas pensando em humanos sempre tendo o sentido atrelado de superioridade e poder de um grupo relacionado a outro, dessa forma é uma designação mutável de acordo com historicidade.

Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas. (Almeida.2019, p.18).

---

<sup>3</sup> Mendes. 2012.p. 101-123.

Apesar de mutável, conseguimos verificar que o conceito de raça é uma experiência de dominação colonial, com instrumentos de controle e padrões ideológicos estabelecidos pela modernidade. Quijano (2005), estrutura o padrão de poder mundial na América em dois segmentos: a ideia de raça com a decodificação das diferenças entre conquistadores e conquistados e o controle de trabalho e recursos em torno do capital, tendo a formação das relações sociais fundadas em uma estrutura de hierarquização racial.

Gradativamente, os estudos vão mostrando a força determinante das relações sociais na definição das posições ocupadas nas hierarquias existentes. A partir de então, as classificações raciais deixam de ser tratadas como afeitas à órbita da natureza, passam a ser vistas como construções culturais, descrições embutidas nos valores professados e nas próprias estruturas de distribuição das oportunidades sociais. É no momento em que a explicação para as hierarquias existentes passa a ser buscada nas relações sociais e não mais na esfera natural que se lançam bases duradouras para a reflexão sociológica sobre o tema. (Costa.2006, p.153).

Os estudos referentes a raça no Brasil nos fins do século XIX e início do século XX, estabeleceram no imaginário brasileiro o viés ideológico de raça e hierarquia racial na sociedade. Instituído um padrão de poder estruturado na universalidade eurocêntrica e etnocentrismo, colocando a produção de conhecimento e cultura euro-estadunidense, branca enquanto superior. Costa (2006), evidencia como as pesquisas acadêmicas eram voltadas a resolver “o problema do negro” na sociedade brasileira, onde se destacam três questões entorno do conceito de raça: hierarquia racial, mistura de raças e evolução biológica.

No século XIX no Brasil as teorias raciais baseadas no positivismo, evolucionismo e darwinismo passaram a ser difundidas, sendo as características biológicas e geográficas determinantes para explicarem as diferenças morais, físicas, intelectuais e psicológicas das diferentes raças. Surgiam diferentes vertentes para tentar explicar tais fatores, como a visão monogenista que baseada nos escritos bíblicos pensava o ser humano como uno. Nesse tipo de argumentação vinha embutida, por outro lado, “a noção de virtualidade, pois a origem uniforme garantiria um desenvolvimento (mais ou menos) retardado, mas de toda forma semelhante. Pensava-se na humanidade como um gradiente — que iria do mais perfeito (mais próximo do Éden) ao menos perfeito (mediante a degeneração) —, sem pressupor, num primeiro momento, uma noção única de evolução”. (Schwarcz. 1993, p.38).

No mesmo século surgiu a ideia de poligeísmo em contestação a vertente baseada na igreja, os pensadores apoiavam-se na biologia em uma tentativa de explicar que a criação do ser humano é baseado em múltiplos processos independentes entre si, então por isso existiam as diferenças raciais. Essa vertente estruturou a ideologia que “a biologia determina o comportamento criminoso” propagada por Cesare Lombroso, psiquiatra e antropólogo italiano. Além disso, as doenças mentais também passaram a serem designadas como uma característica de sujeitos sem moral, fazendo uma relação entre a degeneração e a racionalidade. Então, a hereditariedade era um elemento para determinação de “raças boas e ruins”. Nos fins do século XIX, o discurso eugênico fundado pelo antropologista inglês Francis Galton, - primo de Charles Darwin, autor da teoria de seleção natural - chega ao Brasil como um movimento que se preocupava na seleção das raças puras.

Atualmente, conseguimos verificar que raça é uma construção mental e social (Quijano, 2005. Wade, 2000), que se estrutura de forma ideológica nas relações sociais no Brasil. Consequentemente, são as relações sociais que reproduzem, as ideologias políticas nacionais que permeiam as distinções raciais, com o intuito de segregação das pessoas racializadas.

### **2.3 Processo civilizador**

No contexto pós- abolicionista raça se tornou tema central dos debates políticos e intelectuais do período, se questionavam: como podemos construir uma nação bem-sucedida e uma identidade nacional considerando a presença significativa de negros e mulatos entre os brasileiros (Nascimento, 1978)? A construção da nação perpassa civilizar para resolver o problema dos diferentes no Brasil.

Entre a abolição e o período de efervescência da eugenia no Brasil (1888 -1930), podemos destacar dois grupos de intelectuais que discutiam acerca da construção da nação brasileira, com concepções diferentes. O primeiro grupo acreditava que a mistura entre negros, indígenas e brancos iria gerar pessoas degeneradas, propensas a doenças, loucura e criminosos; esse grupo defendia esterilização e segregação de pessoas racializadas, e entre os intelectuais nomeavam essa vertente de pensamento como eugenia negativa, pois possuía como objetivo a eliminação da pessoa considerada inadequada.

De acordo com essa teoria, os mestiços eram inférteis e agregavam as piores características das raças que lhe deram origem, logo, estavam

impossibilitados de evoluir. Os mestiços – o sertanejo inclusive – não seriam capazes de constituir uma raça forte, pois não tinham as características físicas necessárias para tal. Um mestiço reuniria todas as más características do negro, sem as suas características positivas. A partir disso, toma força a eugenia, esta tinha como objetivo interferir na reprodução das populações para garantir pureza de raça e proibia os casamentos inter-raciais. (Borges, Santos. 2020, p.88).

O segundo grupo, se refere aos intelectuais que defendiam a mistura de raças, como uma forma de branqueamento no Brasil, pois havia uma maioria não branca, e para que eles desaparecessem, apostavam na mestiçagem, com ela eliminariam a influência indígena e negra, acreditando assim em um “melhoramento racial”.

O processo de mulatização, apoiado na exploração sexual da negra, retrata um fenômeno de puro e simples genocídio. Com o crescimento da população mulata a raça negra está desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. E isto foi recebido com elogios calorosos e grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante. (Nascimento. 1978, p.69-68).

Esse grupo, promovia a hierarquização racial baseado na cor da pele e características fenotípicas, onde a pessoa mulata era uma etapa transitória para se tornar branca. Baseada nessa teoria, o Estado brasileiro incentivou a entrada de imigrantes europeus no Brasil, para assim formar a nação desejada. Abdias Nascimento, evidencia em seu livro *O Genocídio no Negro Brasileiro* (1978), como esse processo de miscigenação foi uma estratégia genocida contra a população negra e indígena no Brasil. Importante ressaltar que esse processo de miscigenação enquanto um projeto de extermínio do Estado afetou a intersubjetividade das pessoas racializadas no país, promovendo uma crise identitária e uma intersubjetividade universal, com o homem branco no seu centro, como será destacado mais adiante.

Outro elemento base para a construção da nação no Brasil, além da mestiçagem, foi a ideologia de democracia racial, construído na obra *Casa Grande & Senzala* (1933) por Gilberto Freyre, onde o autor evidencia que a colonização portuguesa foi algo tranquilo que levou a mestiçagem racial, fato que não ocorreu em outros países colonizados, pelos franceses ou ingleses, por exemplo. Segundo ele, no Brasil se celebraria a união da mistura racial entre brancos, negros e índios que contribuíram para a construção da nacionalidade brasileira, enriquecendo sua cultura. O que não é mencionado na obra, é como essa mistura racial ocorreu, tendo ela sido formada através

da violência e exploração sexual de mulheres negras e indígenas, que ainda hoje são hipersexualidades no Brasil e Europa, como reflexo desse racismo que estrutura a sociedade brasileira.

#### **2.4 A construção da identidade**

O conceito de identidade é amplo e intensamente discutido no âmbito das ciências humanas e sociais, sendo ele mutável de acordo com seu contexto. No presente trabalho a identidade é analisada pelo viés estatal, como aparato disciplinar que perpassa as relações sociais. Stuart Hall (1932-2014), em sua obra *A Identidade Cultural na Pós – Modernidade* (2006) questiona: “O que está em jogo na questão das identidades?” No contexto brasileiro, podemos verificar que os discursos desaguam em fragmentações de identidades, tornando identidade uma questão primordialmente política, pois, “uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas nações, quanto a concepção que temos de nós mesmos.” (Hall,2006, p.50). Foi-se estabelecido um modelo universal de identidade, marcada pela matriz senhorial da colônia, relações privadas, discursos e práticas ideológicas, onde a questão racial era um marcador de civilizado ou não. Nesse sentido, diversos termos foram inventados para nomear o outro, afinal, não ocorre a fundação de uma nação ideologicamente, sem o indivíduo que é diferente.

(...) a pele deles é parda e um pouco avermelhada. Têm rostos e narizes bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem se preocupam em cobrir ou deixar de cobrir suas vergonhas mais do se que preocupariam em mostrar o rosto. E a esse respeito são bastante inocentes. Ambos traziam o lábio inferior furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, fino na ponta como um furador. (Caminha, 2006, p. 39).

A primeira descrição que se tem registro dos povos originários, são pelos olhos do colonizador, este que já nomeia aquele que é diferente pelo termo de pardo, conceito que usamos até hoje para definição identitária no Brasil, que gera crises de autoidentificação. A invenção do pardismo sustentado pela democracia racial, nos mostra o poder que o discurso colonial ainda tem na sociedade brasileira e o quanto o processo de genocídio aos povos indígenas e pessoas negras, está estruturado no Estado e ideologicamente nas relações sociais.

É muito importante que a gente não esqueça o processo histórico e saia deste momento que estamos agora para uma discussão sobre a constituição de uma sociedade plural no Brasil, onde a constituição de termos como pardo, mestiço, caboclo e todas essas outras categorias que foram se instituindo dentro do colonialismo, que elas não sejam só uma citação, mas que sejam percebidas com todo seu peso histórico e sua profunda violência colonial, que nos exige olhar também a questão do racismo estrutural como é hoje percebido. (Krenak 2021 *apud* Ferro, 2023, p.52).

Ailton Krenak analisa em seu discurso no 1º Ciclo do seminário "Não sou pardo, sou indígena", como a historicidade produziu termos de apagamento que permitiram/ permitem o aparato colonial se estruturar na sociedade contemporânea e como essa nomeação foi um ato de violência em um país tão plural enquanto o Brasil, onde as pessoas têm dificuldades de se auto identificar. Asad Haider, na obra *Armadilha da Identidade* (2019), evidencia que o Estado divide as pessoas, como uma forma de discipliná-las, de forma que formamos nossa individualidade como resposta as múltiplas relações sociais, estando a questão identitária relacionado diretamente com raça e capital, pela forma com a qual se deu os movimentos e lutas sociais.

No caso particular do Brasil, o ideal era chegar-se, quando não se era branco, pelo menos a um tipo que, na escala cromática estabelecida, mais se aproximasse dele e mais se afastasse do negro. Daí a necessidade do branqueamento. Os segmentos mestiços, para se classificarem nessa escala cromática têm, também, de ascender na escala social. Um mulato pobre é negro, um mulato rico é branco. Todos procuram, por isto, dar as costas às suas, matrizes étnicas e se voltam para o modelo branco como o objetivo a ser alcançado. Com isto se desarticula a consciência étnica desses segmentos, isolando-se, por outro lado o negro feno/genotípico o qual passa a ser radicalmente discriminado, inclusive pelos mulatos e outros produtos da mestiçagem, através de uma política de peneiramento das mais eficazes, e, ao mesmo tempo impossível de ser localizada para ser combatida. (Moura, 1983. p.22).

Os estudos sociais no Brasil nos permitem analisar como o processo de entendimento da identificação pessoal, está atrelado a classe social e o local no qual o indivíduo está, pois, a depender do meio no qual está, a pessoa considerada “parda” – negro de pele clara – pode ser tratada como uma pessoa branca, mas, em certos locais pode ser considerada uma pessoa negra. Sendo o termo pardo – mulato ambíguo, para que atenda as demandas do capital e das relações sociais, devido ao fato do projeto de

branqueamento ter falhado, o discurso da democracia racial funciona respaldado nessa mestiçagem, onde a elite branca pode dizer que não há racismo, visto que ao contrário dos Estados Unidos, no Brasil os brancos tinham “piedade” dos negros.

No artigo de Juliana Goés, intitulado *Reflexões sobre a pigmentocracia e colorismo no Brasil* (2022), ela analisa brevemente a formação do Brasil através da democracia racial e como o conceito de *colorismo* de Alice Walker (1983), e *pigmentocracia* de Alejandro Lipschutz (1944) se aplicam no país, sendo o termo de pigmentocracia ideal para o debate de cor no Brasil, pois ele se sustentaria pela hipocrisia racial, justificando os privilégios por características físicas ou raciais, diferente do que ocorre com o colorismo nos Estados Unidos. É importante compreender como a mestiçagem ocorreu no Brasil, não apenas no seu contexto colonial, mas também como as relações ocorrem atualmente, para assim entender as relações sociais e rever conceitos como o de pardo, que não define uma identidade.

Como podemos verificar na obra *Tornar-se Negro* (1983), da psicanalista Neusa Souza, a subjetividade das pessoas negras (de pele escura e clara), são marcadas por violência, uma das diversas formas dessa violência é a dinâmica de ascensão social das pessoas negras, quando ela tem que se tornar branco, para se tornar uma pessoa com dignidade entre as relações sociais. Podemos verificar nas entrevistas feitas por Neusa o não lugar que as pessoas racializadas enfrentam. "Então, eu não conhecia o meu lugar, mas sabia que negra eu não era. Os negros são sujos e eu era limpa; os negros são burros, e eu era inteligente; ser negro significava morar nas favelas e eu não morava, e, além disso, os negros tinham lábios grossos e eu não. Eu era mulata, ainda tinha esperança de me salvar [...]" (Souza, 1983.p. 64). Pessoas indígenas e negras tiveram sua subjetividade reprimida pelo sistema colonial imposto, e o aparato da modernidade por meio das relações sociais, capitalismo e colonialismo, ainda tentam constantemente reprimir as identidades.

### 3. Considerações Finais

Foi possível verificar, que a questão racial no Brasil está profundamente enraizada em uma história de colonialismo e violência que continua a moldar as estruturas sociais e identitárias do país. A fundação da nação brasileira foi marcada pela exclusão e hierarquização racial, perpetuada por políticas de Estado que, ao longo do tempo,

adotaram novas formas, mas mantiveram os significados discriminatórios. A construção da identidade nacional, idealizada como uma mistura harmoniosa de raças, é, na verdade, um discurso que esconde as práticas de genocídio e etnocídio dirigidas às populações indígenas e negras.

O ideário de nação, sustentado por símbolos e discursos que ignoram a realidade da desigualdade racial, serve para perpetuar um sistema de poder que favorece a hegemonia branca e marginaliza as identidades racializadas. Mesmo com os avanços teóricos e debates sobre raça e identidade, o legado do colonialismo permanece evidente na sociedade brasileira contemporânea, onde a democracia racial é um mito que continua a respaldar as injustiças históricas e atuais.

Este artigo teve como preocupação verificar o impacto da colonialidade na construção identitária no Brasil, buscando compreender como a invenção de termos para nomeação das pessoas racializadas no país tem impacto ainda atualmente, como uma forma de negar as identidades tanto de pessoas indígenas, quanto de pessoas negras. Foi possível verificar uma certa periodicidade da construção do ideário racial e identitário no Brasil, evidenciando a gênese do termo pardimo, que atende a uma demanda do capital e das relações de poder sociais na sociedade brasileira, colocando as pessoas que se auto identificam enquanto pardas em um local de não pertencimento, embranquecendo saberes e conhecimento de pessoas indígenas e negras com discursos e práticas de genocídio e epistemicídio, através do apagamento de suas identidades ancestrais.

## Referências

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.
- AMADO, ELOY; HENRIQUE, Luiz. *Povos indígenas e o Estado brasileiro: a luta por direitos em contexto de violações*. Vukápanavo–Revista Terena, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 174-188, 2018.
- BAKHTIN, Mikhail. *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*. Paris: Gallimard, 1970. apud FIORIN, José. *A construção da identidade nacional brasileira*. 2009. p. 117.

BORGES, Erica Naiara Ribeiro; DOS SANTOS, José Francisco. *Raça: uma ferramenta de poder na construção das identidades e o pensamento de Geraldo Rocha*. Em Tempo de Histórias, v. 1, n. 36, 2020.

CAMINHA, P. V. de. *A carta do descobrimento ao Rei D. Manuel*. São Paulo: Saraiva, 2013.

Correção: CHAUI, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Editora ufmg, 2006.

DE GÓES, Juliana Moraes. Reflexões sobre pigmentocracia e colorismo no Brasil. REVES-Revista Relações Sociais, v. 5, n. 4, p. 14741-01i, 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and text: Linguistic and intertextual analysis within discourse analysis*. Discourse & society, v. 3, n. 2, p. 193-217, 1992. *apud*.

FIORIN, José. *A construção da identidade nacional brasileira*, 2009. p.117.

FERRO, Sérgio Pessoa; et al. *O ser indígena na história institucional brasileira: pardismo como razão de estado*. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/> Acesso em: 28 jul. 2024.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade*. Veneta, 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Lamparina, 2023.

KRENAK, Ailton. 1º Ciclo do seminário “Não sou pardo, sou indígena”. TV Tamuya e Tribunal Popular, 11 abr. 2021. Disponível em.: [DIA 1 - O Truque Colonial que Produz, o Pardo, o Mestiço e outras categorias de Pobreza - YouTube](#). Acesso em: 28 ago. 2024.

MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global editora, 1983.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva SA, 2016.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*. Editora Companhia das Letras, 1993.

STEPAN, Nancy Leys. *Eugenia no Brasil: 1917-1940*. In: Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection. p. 330-391.

2004. p. 331-391. WADE, Peter. *Raza y etnicidad en Latinoamérica*. Tradução de María Teresa Jiménez. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2000.

Recebido em: 24/09/2024

Publicado em 27/11/2024